

XAVIER, Maria Elizabete SP. Poder político e educação de elite. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1990. 144p. (Coleção educação contemporânea).

Este livro, de autoria de Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, professor de História da Educação na PUC SP, constitui um exemplo feliz de um trabalho metodologicamente fecundo e rigoroso, ao mesmo tempo que historiograficamente rico e desafiador.

Não ousaríamos indicar uma inadequação entre conteúdo e título, nesta obra de tantos méritos, mas, na realidade, tivemos a impressão de que o título da publicação tivesse sido uma formulação editorial, ajustada à sua elaboração. Com efeito, sempre que a autora procurou sintetizar sua tese, o fez em outros termos: "a autonomia do pensamento pedagógico em relação à realidade nacional" (p.17); "demonstrara necessidade da compreensão do fenômeno da autonomia do pensamento e da legislação educacional brasileira, a partir das condições contextuais que a geram e a determinam" (p.137). Deste modo, o leitor deve procurar a orientação da leitura na proposta teórica e metodológica do livro e não na sugestão do título.

Tem-se a impressão de que se trata de um texto escrito como dissertação de mestrado, no que, aliás, demonstra um excelente nível de produção acadêmica. Um claro indício disto é o itinerário, descrito na introdução, para a escolha de um "objeto de estudo" ou "problema de pesquisa". Pela bibliografia utilizada, também se pode localizar a época de sua elaboração em fins da década de 70. E faça-se louvor ao trabalho da pesquisa documental e bibliográfica que assumiu e integrou a contribuição dos melhores especialistas e pesquisadores do assunto, até então.

De um "problema original", suscitado pela busca da "não diretividade", do "não compromisso" e da "neutralidade" da Escola Nova em contraposição à Escola Tradicional, como se revela nas propostas

dos Pioneiros da Educação Nova, a autora passa à exposição de uma concepção da autonomia da educação que a isola e a delimita: "Os problemas educacionais, assim, não apenas se restringem à esfera educacional, e nela e por ela são resolvidos, como a esfera educacional é responsável por todos os sucessos e insucessos das atividades sociais (os meios condicionam a realização dos fins) e, portanto, por todos os problemas sociais" (p. 15). Mas, mergulhando na análise, chega-se à formulação de uma "hipótese básica", segundo a qual, "a autonomia do pensamento pedagógico brasileiro é, de fato, uma autonomia aparente, que cumpre a função de colocar a educação a serviço dos interesses dominantes" (p.18).

Para a demonstração desta hipótese, pelos pressupostos apresentados a partir do escolanovismo, talvez fosse de se esperar que se escolhesse a fase da história educacional brasileira de 1930 a nossos dias. Justificadamente, porém, a autora preferiu o período inicial do Império: "É a partir da independência política do país, que se torna uma obrigação do poder central cuidar da promoção do homem brasileiro através da educação"... "Desta forma, a escolha recaiu sobre as duas primeiras décadas do período monárquico, quando são debatidas a exigência e a premência da construção de um sistema educacional nacional, e são tomadas as primeiras medidas institucionais nesse sentido" (p.19). Realmente, foi muito feliz a escolha deste período histórico tão pouco explorado e tão rico e sugestivo para o objetivo visado. Esta delimitação do objeto num tempo restrito evitou a dis-

ita-se de um

corte vertical que expõe as estruturas da formação social em profundidade.

O objetivo que a Profa. Maria Elizabete Xavier se propôs não é simples nem fácil: "evidenciar o tratamento aparentemente autônomo dos problemas educacionais nesse período, assim como a inadequação e incoerência das medidas adotadas em relação aos objetivos procla-

macios, frutos do compromisso do poder imperial com os interesses dos grupos dominantes" (p.19).

Para todos quantos já nos engajamos nesta orientação de pesquisa, está muito claro que ainda não se desenvolveu nenhuma metodologia que satisfizesse plenamente as exigências de uma demonstração da relação intrínseca e determinante entre as estruturas econômica, social, política, ideológica e a educação. Como diz a autora, "são feitas aproximações interpretativas que apontam a insuficiência das explicações comuns do fenômeno e fundamentam a conclusão da autonomia aparente, ou da função ideológica da autonomia do pensamento pedagógico nacional" (p.20), Esta deficiência ou limitação metodológica, claramente admitida, em certo momento, não deve, contudo, debitar-se a esta obra, mas ao atual estágio de evolução das ciências da educação. É mérito deste trabalho a sua contribuição modelar para o aperfeiçoamento progressivo da análise e interpretação de nossa história educacional, segundo uma metodologia e uma crítica rigorosas que demonstrem os mecanismos da relação dialética entre educação e estruturas parciais e global da sociedade. Em todo caso, em outro momento, a autora conclui seu trabalho com a sensação de "ter conseguido **demonstrar** (grifo nosso) a importância das contradições internas do país na determinação da autonomia aparente das propostas educacionais pós-independência" (p.139). Para nós, não se trata rigorosamente de uma demonstração no sentido preciso do termo, mas também não poderíamos ter tal nível de exigência. Contenta-nos e agrada-nos mais a discreta expressão "aproximações interpretativas" empregada na introdução.

Com efeito, de um lado, descrevem-se **as condições educacionais da sociedade**, ou sejam, as características do fenômeno educacional em uma formação social, em determinado momento. É o que aparece no Cap. I. Iha indigente situação educacional do país, face aos desafios da elaboração pela Assembléia Constituinte e Legislativa de 1923 de um projeto de "tratado da educação física, moral e intelectual para a mocidade brasileira" (p.23) e face às demandas das classes médias superiores e altas para a criação de universidades. O fato histórico parece revestir-se de grande atualidade neste momento de

elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em consequência de uma nova Constituição.

De outro lado, analisam-se as condições estruturais em que o fenômeno educativo se verifica historicamente, ou sejam as **condições sociais da educação**. É o que aparece no Cap. III:

"Foi possível evidenciar a consciência e a deliberação da classe senhorial brasileira na concretização da aliança efetuada com o imperialismo europeu, como uma garantia da sua dominação interna. Também ficou claro que as estruturas econômica e social coloniais se mantiveram graças à contra-revolução encabeçada pela mesma classe senhorial, que apenas se apoiou e se fez financiar pelo imperialismo inglês. Com a mesma clareza ficou configurada a responsabilidade primordial da classe dominante interna na inalteração das estruturas coloniais em oposição aos interesses de transformação do dominador externo, apesar das susceptibilidades que isto criou entre ambos" (p.140)

O desafio está numa espécie de cruzamento das condições sociais da educação com as condições educacionais da sociedade. Neste livro, tem-se um exemplo do mais competente tratamento descritivo e analítico-crítico destes dois pólos da investigação das ciências da educação. Claro que não se pode dizer que ficam apenas "indícios", "indicações" ou "convergências". Chegou-se a algo mais do que isto. No patamar da hipótese, vislumbra-se uma espécie de "evidência crítica". Mas, também não se tem a pretensão de dizer que se verificou uma demonstração.

A autora escolheu começar pela via negativa da exposição da insuficiência das explicações correntes sobre a autonomia do pensamento pedagógico seja "como fruto da ingenuidade e da imaturidade cultural" (item 2.1 do Cap. IV), seja "como resultado da manutenção da dependência colonial" (item 2.2. do Cap. IV). Por esta via fica patente a "compreensão insuficiente do problema da autonomia do pensa-

mento e das instituições nacionais" (item 2.3. do Cap. IV). Abre-se o caminho para a via positiva da proposta da tese da "aparente autonomia do pensamento pedagógico em face da realidade nacional: a função dissimuladora das relações internas de dominação" (item 3 do Cap. IV). Esta tese não significa maior novidade hoje, depois de se tornar conhecida e muito difundida, mas na década de 70 tinha um caráter inovador para a reinterpretção do pensamento educacional.

A "autonomia" aparece como "uma falsa interpretação para a inadequação das propostas educacionais pós-independência" (p.119), em coerência com a função dissimuladora do liberalismo brasileiro (p.120). É então que a autora faz um confronto da função da escola no contexto do liberalismo europeu — a necessidade da escola na reprodução e dissimulação das relações internas de dominação (p.122) — e no contexto do liberalismo brasileiro — a irrelevância da escola na reprodução e dissimulação das relações internas de dominação (p.124). Juntamente com esta contribuição à crítica do "reprodutivismo" importado como interpretação da função da escola no contexto brasileiro, faz-se a rejeição da aplicação da teoria da dependência de modo simplista, como se as condições ou contradições internas da formação social nada tivessem a ver com os determinismos e os condicionantes históricos a que se submete a educação vitimada pela dependência externa (itens 2.2 e 2.3 do Cap. IV).

O IVº Capitulo se conclui com a utilização das categorias "objetivos reais" x "objetivos proclamados" que Anísio Teixeira, seguindo Viana Moog, empregara na análise do processo histórico da educação brasileira. As "aproximações interpretativas" do Cap. IV, de que se falara na Introdução, levaram à conclusão de "que a Proclamação da escola universal foi uma estratégia ideológica que não apenas cumpriu a função de dissimular as contradições internas, como também a de mascarar as divergências em relação aos interesses externos" (p.140).

Ninguém melhor do que a própria autora poderia sintetizar a conclusão de sua pesquisa, que passa a ser obrigatória na bibliografia da educação brasileira:

É, pois, a partir das suas vinculações com o contexto econômico, político e social do país que se explicam tanto as incoerências entre os objetivos educacionais proclamados e o encaminhamento das propostas de efetivação dos mesmos, como a inadequação das medidas legais que daí resultam em relação às condições objetivas de efetivação. Esse fenômeno, que tem sido explicado como reflexo de um ingênuo "tratamento autônomo" dos problemas educacionais, foi, na realidade, o fruto das manobras estratégicas da classe senhorial brasileira que, no processo de organização do novo Estado Nacional, tentava ao mesmo tempo dissimular a sua dominação. Muitos dos objetivos que proclamava, entre eles o da educação popular, não correspondiam aos objetivos reais, mas às exigências ideológicas nascidas do momento crítico e decisivo por que passava. Procurava, a um só tempo, estabelecer-se definitivamente no poder e garantir a organização do aparelho de Estado, em função dos seus interesses particulares, e conquistar o apoio das camadas médias e inferiores da população, condição fundamental para fortalecer-se em relação aos opositores das demais facções da classe dominante. Encontrava-se, portanto, em situação bastante delicada: opunha-se fundamentalmente aos interesses das classes dominadas, mas precisava revestir as suas ações e decisões do caráter popular e nacional de que estavam intrinsecamente destituídas. Neste quadro geral, as propostas de educação universal funcionaram, ao lado da "farsa" liberal do novo sistema monárquico constitucional, como a promessa de democracia que encobria a mesquinhez do jogo político que se encetava" (p. 131-132).

Vicente de Paulo Carvalho Madeira,
do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba